

Testemunhas ou fontes: relações e desencontros entre jornalistas e historiadores

Clarice Gontarski Esperança

RESUMO

O trabalho de jornalistas e de historiadores se alimenta do relato de fontes ou de testemunhas, buscando retratar ou reconstruir o passado distante ou imediato. O artigo procura discutir a relação que se estabelece com estes protagonistas da experiência, plena de especificidades e capaz de iluminar as práticas de ambos os campos. O testemunho é fiador da verdade e da fidelidade da representação. Historiadores vivem um dilema entre a autoridade moral da testemunha sobre o passado e a racionalidade exigida pelo paradigma científico e pelo caráter analítico da História. Por outro lado, jornalistas tornam-se eles próprios os avalistas da fonte, apropriando-se da sua autoridade moral sobre a realidade a partir de mecanismos como o ocultamento do narrador.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo. História. Testemunhas. Fontes.

1 Testemunha ou fonte?

Que analogias seriam possíveis entre *o testemunho* – matéria-prima do conhecimento histórico – e *os depoimentos coletados na construção das reportagens jornalísticas*?

Em primeiro lugar, ambos são a primeira origem de textos e discursos sobre a experiência e os eventos de uma realidade já vivida, de um passado distante – em termos de séculos – ou imediato, que se meça em horas.

História e Jornalismo nascem do relato de quem sabe ou viu ou esteve lá, e de cuja fonte se bebe para definir socialmente o que aconteceu.

O real é assunto caro e delicado para ambas as áreas. Não se trata de qualquer discurso; falamos aqui de escritos que aspiram a um pacto de verdade com o leitor, apresentando-se como espelhos ou reconstruções do pretérito.

Seria então aceitável pensar conjuntamente a ligação entre historiadores e testemunhas, e a conexão entre jornalistas e fontes? Quais os aspectos que unem essas duas relações e o que as diferencia inexoravelmente?

O objetivo deste artigo é ensaiar uma reflexão em relação ao papel constituinte da fonte, do relato e da testemunha na História e no Jornalismo, tentando analisar, neste percurso, as aproximações e especificidades de cada uma dessas áreas de conhecimento.

Vivemos um momento peculiar de aproximação entre Jornalismo e História, evidenciado não apenas pelo interesse mútuo e crescente entre jornalistas e historiadores, como pela emergência de fenômenos como a institucionalização da História do Presente, no âmbito historiográfico, e pelo sucesso editorial freqüente de livros com temas históricos de autoria dos jornalistas.

A estreiteza destes laços de vizinhança, porém, ainda carece de uma reflexão teórica mais densa, para que cesse em definitivo algum burburinho de mal-entendidos que tentam garantir fronteiras há muito já transpassadas de ambos os lados. Este artigo nasce, pois, da necessidade, sentida e meditada, de

refletir com mais rigor sobre práticas e conceitos dos dois campos.

Na primeira parte, abordo a relação testemunha/historiador e suas implicações para o trabalho histórico. A seguir, estabeleço especificidades da conexão jornalista/fonte e tento constituir um paralelo entre as duas situações.

2 A testemunha para o historiador

A reflexão sobre o papel da testemunha é um dos pontos-chave para discutir o ofício de historiador. Uma das razões é que, além de recordar, a testemunha reivindica (ela também – ou ela, em primeiro lugar) uma autoridade sobre o tempo social transcorrido. Seu depoimento reflete o desejo de transmitir, ou melhor, preservar a experiência em sua singularidade (HARTOG, 2001, p.27). Muito mais do que *compreender*, a testemunha quer *afirmar* o que viveu.

Sua fala ou sua escrita é lançada como uma evidência concreta, para além de qualquer conhecimento obtido por meio de uma construção meramente teórica. A testemunha *viu* algo, *ouviu* algo, *sentiu* algo, o que em última instância, nos certifica: este algo existiu. A testemunha exhibe, portanto, um caráter de instrumentalização da memória, do lembrar-se. “Este livro é um pedaço da História, da História tal como eu a vi”, anuncia John Reed, na primeira frase de seu clássico *Dez dias que abalaram o mundo* (REED, 2002, P. 10).

A figura da testemunha alimenta uma série de analogias entre a ação do historiador e a do juiz. O valor da evidência repousa, tanto no inquérito judicial quanto histórico, na acepção do caráter de veracidade. A prova testemunhal fundamenta a construção da verdade *a posteriori*.

A origem desta inspiração/analogia jurídica da História pode ser a prática judiciária grega de audição de testemunhas, no século V, que influenciou Heródoto.

A preocupação do chamado “pai da História” em ouvir marca uma diferença entre sua narrativa e os textos míticos.

Heródoto fala daquilo que ele mesmo viu, ou daquilo de que ouviu falar por outros; ele privilegia a palavra da testemunha, a sua própria ou de outrem. Inúmeras vezes, no decorrer da narrativa, o nosso viajante menciona as suas “fontes”, se ele mesmo viu o que conta ou se só ouviu falar e, neste caso, se o “informante” tinha visto, ele mesmo, ou só ouvido falar. (GAGNEBIN, 1997, p. 16)

A análise semântica das origens da palavra História mostra a importância da idéia de investigação, inquérito. *Historia* deriva de *histôr*, relacionado a *idein* (ver) e *oida* (saber). O *histôr* é um personagem que já aparece nas narrativas épicas não como testemunha ocular, mas como árbitro. Hartog ressalta que Heródoto não têm a autoridade do *histôr*; ele *historei* (investiga), mas também *sêmainei* (vê o que os outros não vêem e faz seu relato). Para o historiador francês, “[...] são duas ferramentas intelectuais pelas quais se ‘vê mais claramente’ além do visível, num espaço de tempo; elas caracterizam e modelam o estilo intelectual do primeiro historiador” (HARTOG, 2000, p. 394-395).

Portanto, já nesta Antigüidade Clássica, a importância da testemunha estava ligada à proeminência do *ver*. A vista é considerada pelos filósofos (Aristóteles, Xenófanes, Heráclito) o instrumento primordial do conhecimento, gerador da prova mais persuasiva.

Na Bíblia, a testemunha estava relacionada à noção de aval, garantia. O testemunho, ali, autentica um passado, assim como o sangue do mártir é o testemunho de sua fé cristã (HARTOG, 2001, p. 26-32). Constrói-se, na sociedade ocidental, uma mística do relato ocular como sendo, ao mesmo tempo, prova dada pela visão e aval da verdade. É o duplo caráter no qual se baseia a autoridade do testemunho.

Mas este reconhecimento está expresso materialmente na pessoa da testemunha. Neste sentido, Ricoeur fala na “estrutura fiduciária da testemunha”:

Uma pessoa se lembra de algo, diz, conta e testemunha. O testemunho diz em primeiro lugar: “Eu estava lá”. [Émile] Benveniste nos assegura que a palavra *testis* vem de *tertius*; o testemunho se coloca então como um terceiro entre dois protagonistas ou entre a ação e a situação à qual a testemunha diz ter assistido, sem necessariamente ter tomado parte nelas. Esta declaração é ao mesmo tempo uma asserção capaz de sustentar uma realidade factual tida

como importante e uma certificação da declaração por seu autor. Este faz apelo à crença de um outro na presença de quem ele testemunha e que recebe seu testemunho: “Eu estava lá; creia em mim ou não”, afirma. “E se não acreditar, pergunte a qualquer outro”. Esta garantia abre a alternativa da confiança e da dúvida. (RICOEUR, 2000, p.737)

A testemunha não fala, portanto, em nome de “uma versão”, mas sustenta o que acredita ser “a verdade”. Sua pessoa, sua presença no local do acontecimento, é fiadora dessa representação. A relação da testemunha com seu interlocutor é, portanto, *moral*: a atribuição de verdade da narrativa depende da confiança depositada no indivíduo. Sob o caráter de prova e de aval da verdade do testemunho subjaz um compromisso entre duas partes. Este pacto de boa-fé diz respeito também a uma liberdade de avaliação do interlocutor sobre as condições nas quais a experiência foi apreendida e sobre a capacidade lógico-narrativa de quem conta.

Ricoeur usa a palavra “fiduciária”: aquele que guarda uma herança para um outro, conforme um testamento; *fidúcia* é sinônimo de confiança. Ao atribuir uma “estrutura fiduciária” à testemunha, o filósofo quer ressaltar o caráter de autoridade *moral* desta sobre o passado contado. Autoridade que requisita um compromisso de *crença* de quem a escuta, atribuindo um certo valor ao relato.

“Do fato passou-se para o valor, isto é, o fato está na dependência do compromisso e da confiança”, define Fernando Kolleritz (2004, p. 74). Ao contrário da prova pericial, cujo valor repousa na ciência, ou em última instância, na racionalidade, a prova testemunhal fundamenta-se em um compromisso *moral*.

Paradoxalmente, é a possibilidade de atribuir ou não veracidade ao testemunho que abre caminho para a construção do discurso histórico como uma verdade. À reivindicação de superioridade da testemunha, daquele que viu, que esteve lá, a História responde reafirmando seu caráter científico, alicerçado também na operação básica da análise historiográfica contemporânea: a crítica do testemunho.

Como atua esta crítica?

Um exemplo pode ampliar a percepção. No Brasil, a luta e a convivência com a ditadura militar revestiram muitos episódios de dramaticidade e emoção, a partir da morte e tortura de militantes políticos. Essa carga dolorosa escondeu muitas dissensões internas. Num artigo publicado em 2000, a historiadora Beatriz Kushnir examina criticamente uma delas: a polêmica envolvendo o comitê cultural do PCB e o escritor e jornalista Carlos Heitor Cony, provocada pelo romance *Pessach – A travessia* (KUSHNIR, 2000, p. 85-110). O centro da controvérsia seriam as acusações de Cony sobre supostas ações do PCB no sentido de censurar ou obscurecer intelectuais e militantes durante o período autoritário e de patrocinar ações contrárias à guerrilha de esquerda.

No artigo de Kushnir, sucedem-se testemunhos de Cony, de Ferreira Gullar, de Rachel de Queiroz, de Leandro Konder, ligados de uma forma ou outra ao PCB. Em muitas falas transparecem acusações mútuas envolvendo episódios concretos. Qual o papel do historiador diante destes testemunhos aparentemente contraditórios e que se pretendem, cada um, absolutos? Descobrir quem fala a verdade, o que realmente aconteceu?

O olhar da historiadora ultrapassa o conteúdo aparente dos testemunhos e se lança outra pergunta. Kushnir opta por identificar, neste contexto, *uma disputa pela memória* da luta contra a ditadura militar. Disputa que não se relaciona apenas com o passado, mas também com o presente e o futuro, e dentro da qual não há neutralidade possível. Nas suas palavras, “o historiador não é e nem pode ser visto como um ser que desenterra os acontecimentos e os traz do fundo do baú para as luzes” (KUSHNIR, 2000, p. 105). A verdade não é única. Cada testemunha defende a sua com dores e convicções profundas.

É justamente o entrechoque dos testemunhos que revela mais: a existência de cisões e de feridas abertas que persistem nos movimentos de esquerda, e a impossibilidade atual de uma *memória da conciliação* do período.

Ensinar sobre o passado, sobre um “outro” no tempo, o testemu-

nho é analisado pelo historiador além de seu significado aparente, entendido em suas permanências, contingências e subjetividade. Precisa ser inserido numa duração temporal, ter desvendados seus argumentos de veridicidade e as razões “[...] normativas e pragmáticas que condicionam a sua convocação qualitativa, seletiva e apaixonada do que já não existe” (CARTROGA, 2001, p. 47).

Esse relato que se pretende soberano sobre o passado, político no sentido de ser afirmativo de uma versão, torna-se mera fonte para o historiador, passível de uma valoração externa por meio da autópsia. *Para a História, o maior valor não está no evento narrado pela testemunha, mas no sentido construído pela análise a partir de suas palavras.* A necessidade deste exercício de desvendamento torna-se ainda mais flagrante com o advento, nas últimas décadas, da História Oral – o uso de entrevistas como instrumento de produção de documentos. “Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” (PORTELLI, 1997, p. 31).

O trabalho histórico pretende autenticar o relato do passado, sobrepor o valor *científico* ao valor *moral*. Pode ser, como defende Antoine Prost, que na constituição do inquérito histórico, provas testemunhais tenham o mesmo peso das periciais (PROST, 1996, p. 134). Mas, neste campo, quem atribui a elas este valor circunstancial é o perito maior, o historiador, senhor da escrita e da ciência do passado. Neste aspecto, o cientista contemporâneo lembra Tucídides. O historiador grego autor da história da Guerra do Peloponeso negava a autenticidade absoluta aos testemunhos e exigia uma reconstituição crítica dos acontecimentos a partir de critérios racionais. Ao desvalorizar os testemunhos, ressaltava sua própria análise.

Uma diferença é clara, no entanto. O historiador contemporâneo, em geral, não tende a julgar os testemunhos a fim de estabelecer o mais fidedigno e a versão “correta”. Não atua no sentido de desvalorizar os testemunhos aparentemente “falsos” ou “mentirosos”, mas em compreender sua existência,

alargando assim os horizontes da análise temporal. “Escrever a História de um período significa fazer enunciados que não puderam ser feitos nunca neste período” (KOSELLECK, 2002, p. 92).

Por meio do método e da análise, a História tenta submeter parte da força do testemunho, seleciona, edita, hierarquiza, insere-o numa lógica analítica. Mas não consegue nunca prescindir dele – e paradoxalmente, de sua autoridade moral. Talvez esteja aí o dilema do historiador.

Tal qual a prova pericial, o valor do discurso histórico é de natureza *racional*, mas alicerça-se não em dados frios coletados da natureza, mas em testemunhos impregnados de valor *moral*. Esvaziar totalmente estas provas do valor *moral*, pela análise, não poderia levar a deturpação de seu sentido? Além disso, a autoridade *moral* da testemunha não se transmite, de alguma forma, para narrativa histórica?

Para o bem ou para o mal, o testemunho, como signo de uma evidência, é o limite entre História e ficção. À História, cabe ampliar o significado do testemunho, sem jamais negar o elo de dívida e respeito que a une a ele. Talvez por isso sejam as próprias palavras de Konder, qualificadas como “proféticas”, que encerram o artigo de Kushnir.

3 A fonte para o jornalista

E o jornalista, que tem nas entrevistas, no contato com a fonte, o alicerce de seu ofício? Como se estabelece a relação com as testemunhas dos eventos? O jornalista é a testemunha? Quais os elos que unem e os abismos que separam a sua missão cotidiana de recolher, recortar e reconstruir a realidade e o trabalho do historiador sobre o passado?

Como observa Jean-Pierre Rioux, as profissões de historiador e jornalista cresceram lado a lado, no século XIX, “[...] e, pouco a pouco, delimitaram seus respectivos territórios numa indiferença recíproca” (RIOUX, 1999, p. 120). O presente, o efêmero, cabia ao jornalista, que resignava-se numa crô-

nica apressada pelos imperativos industriais da produção de seu ofício. O passado, os arquivos, a observação das permanências e das durações, o status de cientista pertenciam ao historiador, cuja atuação pressupunha um distanciamento maior das exigências do presente.

Tais fronteiras começaram a esfumaçar-se há algumas décadas. A História do Presente e a História Oral hoje compartilham a técnica primordial de investigação jornalística: a entrevista. Tal qual policiais e juízes, historiadores e jornalistas localizam e dão voz às testemunhas, submetendo-as ao tribunal da história ou da mídia.

O jornalista francês Jean Lacouture, criador de sucesso da coleção “L’histoire immédiate”, biógrafo de De Gaulle, Ho Chi Minh e Mitterrand, defende que os profissionais da imprensa são também *agentes da operação histórica*. O mundo dominado pela comunicação tem o direito de exigir inteligibilidade histórica imediata, acredita.

A história imediata definida por Lacouture tem como componentes irredutíveis a “proximidade temporal da redação da obra em relação ao tema tratado e proximidade material do autor em relação à crise estudada” (LACOUTURE, 1988, p. 216). Jornalismo e História não se confundem, mas o trabalho aprofundado do repórter, ampliando o leque de fontes, descobrindo documentos e inserindo o acontecimento numa racionalidade temporal, seria o marco de sua aproximação cada vez maior com o historiador “clássico”.

Porém, mesmo um jornalismo dito mais aprofundado ou conseqüente, que escapa da mera enumeração e sensacionalização do cotidiano, se alicerça em uma percepção até certo ponto positivista do real. Busca-se, em geral, descobrir o que aconteceu, apurar os dados capazes de formar o quadro preciso do vivido: a ele teríamos acesso por uma preocupação extrema em estabelecer a verdade de um fato, seus detalhes mínimos, os marcos temporais: a cor do casaco do criminoso, o horário em que ocorreram os tiros, o exato local onde o corpo foi encontrado, o que havia nos bolsos da vítima?

Por mais que alardeemos nossa revolta e proponhamos novos modelos – nos quais não se buscaria a verdade dos fatos, mas tão somente registrar um instante (BARBOSA, 1997, p. 87) – é o quem-o-quê-quando-onde-como-porquê que modela nosso entendimento como jornalistas. Algo aconteceu, queremos saber, buscamos a informação. Nesse sentido, o repórter entende a entrevista como um meio de acesso ao dado, cujo conhecimento tem como que um guardião: o entrevistado. Cabe ao profissional, através do contato com a fonte, *extrair* a informação e divulgá-la.

Esta concepção fica clara quando alguns dos mais conhecidos jornalistas brasileiros, talentosos entrevistadores, falam sobre seu trabalho. Segundo Armando Nogueira, por exemplo, “a entrevista é um verdadeiro duelo que você trava com o entrevistado”, e o objetivo do repórter é “[...] tentar extrair a verdade dele” (CRIPPA, 1998, p. 16). Ricardo Kotscho coloca o contato com a fonte nos termos de “uma arte da conquista”, porque “[...] o entrevistado tem que ser conquistado para dizer aquilo que você quer saber” (CRIPPA, 1998, p. 92).

Através do contato com a testemunha, o jornalista tem acesso ao vivido e divulga-o, qual mediador invisível, intermediário supostamente ausente.

O repórter curvar-se-ia, deste modo, à autoridade da fonte, possibilitando a ela uma liberdade que o historiador lhe nega? Abriria mão de seu arbítrio?

Examinemos um caso particular. Em 1987, o jornalista José Antonio Pinheiro Machado colheu, durante dois meses, um longo depoimento do empresário Breno Caldas, ex-proprietário da Empresa Jornalística Caldas Júnior. Na opinião de Machado, só Caldas seria capaz de esclarecer a crise que, em 1984, havia levado à interrupção temporária na circulação do tradicional jornal porto-alegrense *Correio do Povo* e ao fim de sua co-irmã, *a Folha da Tarde*. “Ora, ninguém mais autorizado a falar dos tempos áureos e dos dias difíceis do *Correio* do que Breno Caldas, que durante cinquenta e seis anos trabalhou no jornal, dos quais quarenta e nove como diretor” (CALDAS, 1987, p. 9).

Diante da autoridade de quem “estava lá”, o jornalista afirma se calar. Cabe a ele *apenas* o registro, a mediação entre a palavra da testemunha e o público. Nas palavras seguintes de Pinheiro Machado, “o limite e a ambição” de seu trabalho, transformado em livro, “[...] é o registro jornalístico de um testemunho pessoal”. Ambição de invisibilidade.

No entanto, se continuarmos a ler o prefácio, seremos informados que houve uma edição final do depoimento para que coubesse nas dimensões do livro. Os critérios dos cortes são apresentados numa frase:

As supressões obedeceram apenas ao interesse geral de leitura, com a eliminação da redundância, um ou outro episódio pessoal sem valia para o público, e o resumo de certas passagens – e nunca resultaram de qualquer tipo de censura, conveniência política ou algum vago temor de desagradar. (CALDAS, 1987, p. 9)

O depoimento passou por uma crítica, regida por certo “interesse geral de leitura” capaz de definir as passagens “sem valia para o público”. Não é dado, porém, a conhecer o significado exato dos critérios desta seleção nem o modo como ela é feita. Somente temos a garantia de que não houve “qualquer tipo de censura” ou até “vago temor de desagradar”.

O aval é pessoal, jornalista-leitor. Fiador do relato da testemunha, o jornalista estabelece com o leitor uma relação de confiança, alicerce de sua credibilidade.

Nas palavras de Cremilda de Araújo Medina, o jornalismo obedece a critérios narrativos definidos e onipresentes:

Por mais ambição de historiador que tenha o entrevistador, ele estará implicado em *tocar o presente* (atualidade); por mais psicólogo que queira ser diante de um interlocutor confessional, ele terá de se ater a traços significativos para muitas outras pessoas que, na *comunicação anônima*, se identifiquem com o entrevistado (universalidade); por mais profundo que queira ser no tempo e no espaço, tal qual um artista ao pintar seu modelo, não poderá se desvincular do timing “24 horas ou menos” (periodicidade); e por mais vanguardista que seja, seus ímpetos de ruptura artística não poderão colidir com a legibilidade da comunicação coletiva (difusão). (MEDINA, 1990, p. 19)

Antes de buscar os significados dados pelos relatos, o jornalista procura extrair deles fatos ou situações, que são imediatamente ordenados a partir destes critérios. Tal percepção da realidade é visível mesmo nas raras ocasiões nas quais o próprio jornalista vê ou vive as situações que pretende relatar, sem apoiar-se nos testemunhos alheios. “O jornalista deve ser aquele que conta a terceiros, de maneira inteligível, o que acabou de ver e ouvir”, observa Abramo (ABRAMO, 1988, p. 110).

Trata-se aí de um observador participante – alguém que vê para contar. A sua experiência se subordina a esta compreensão do passado como uma história (no sentido do inglês “story”, ou seja, uma narrativa de cunho popular e tradicional, com começo, meio e fim).

O jornalista faz um jogo aparente de submissão ao testemunho, mas tem sobre ele um domínio muito maior do que o do historiador, que se subordina à discussão teórico-metodológica da crítica das fontes. A prática jornalística – a partir mesmo da própria entrevista – procura adequar imediatamente o relato das fontes a critérios próprios, enquadrando-o numa expectativa estética e a um modelo narrativo. Busca-se não compreender o testemunho em seus termos, mas adequá-lo a um molde construído a partir de “[...] concepções culturais prévias do que é notícia”, conforme notou Robert Darnton (DARNTON, 1990, p. 96). Tal paradigma serve-se, no entender do historiador norte-americano, de modelos antigos de contar histórias, inspirados na cultura popular. Bebe em formas de narrar arcaicas, tentando cada vez mais torná-las estilisticamente renovadas, porém mantendo o caráter de estereótipo, facilmente assimilado pelo leitor.

Primo da literatura, o Jornalismo precisa, no entanto, estabelecer para si um valor de verdade, que assegure sua credibilidade. Muitas vezes esse efeito é obtido pela ilusão de um narrador oculto ou imparcial. Janet Malcolm analisou as implicações éticas da relação entre jornalistas e entrevistados. Entre elas, a idéia de que o narrador do texto jornalístico é “quase pura invenção”.

Seria ele, a figura do narrador, a exceção à regra que nega a possibilidade de invenção no relato do jornalista:

O 'eu' jornalístico é um narrador de toda a confiança, um funcionário ao qual foram confiadas as tarefas cruciais da narração, do roteiro e do tom, uma criação *ad hoc*, como o coro de uma tragédia grega. Ele é uma figura emblemática, uma encarnação da idéia do observador imparcial da vida. (MALCOLM, 1990, p. 159).

Alicerçado no texto fluente e atrativo, amparados por uma indústria de massa, dotados de uma apurada técnica investigativa, os jornalistas fazem as vezes de mediadores invisíveis, tornam-se avalistas do relato da testemunha. Até no banco dos réus.

O uso da entrevista em *off*, que ficou célebre no caso Watergate, é a prova mais cabal deste caráter de fiador do testemunho assumido pelo Jornalismo. No início de julho de 2005, quando uma repórter do jornal nova-iorquino *The New York Times* foi presa em razão de ter se recusado a revelar a identidade de suas fontes a um promotor, o diretor de publicação do veículo, Bill Keller, disse: “Se não se pode *confiar* nos jornalistas para *garantir* o anonimato de suas fontes, então o jornalismo não pode funcionar. Não pode haver imprensa livre nessas condições” (JORNALISTA..., 2005, p. 6. grifo nosso).

Um dos mecanismos que garantem a autoridade do jornalista sobre o vivido é o que oculta seus procedimentos de crítica sobre o testemunho, apropriando-se de sua autoridade sobre o passado, mas tornando-o aparentemente transparente ao público. Por isso, a reafirmação contínua da autoridade da testemunha sobre o passado, a preponderância do que se viu em relação ao que se compreende, torna-se a reafirmação da autoridade da imprensa sobre o vivido. Jornalismo e História tem lógicas diferentes de apropriação do testemunho e de seu valor.

4 Conclusão

A História vive hoje um dilema agudizado pela emergência da História Oral, que trabalha com testemunhas vivas. Ao mesmo tempo em que a natu-

reza *racional e científica* do conhecimento que elabora tende a enfraquecer o compromisso *moral* de confiança sobre o qual se alicerça a força do testemunho, o historiador depende em parte dele para elaborar suas reconstruções do passado. A confiança requisitada pela testemunha em suas palavras se transmite de alguma forma no discurso histórico. É ela a primeira garantia de verdade de um passado.

O compromisso moral deixa resquícios no pacto de verdade construído entre o historiador e o leitor. O discurso histórico define-se com base no distanciamento em relação à testemunha, mas sempre em dívida para com ela.

O jornalista, ao contrário, torna-se aval do testemunho. A partir de um mecanismo de ocultamento do narrador e de identificação deste ora com a testemunha, ora com o leitor, o jornalista apropria-se da autoridade *moral* de quem viu ou esteve junto ao acontecimento, sem perder a característica racional de seu ofício, porém indiferente a critérios de cientificidade.

Por outro lado, tal movimento de “mediação invisível” gera a contradição ética basilar do jornalismo: a de que o repórter dispõe da liberdade para adequar o depoimento a modelos narrativos sem prestar contas disso ao entrevistado, sem levar em consideração critérios que não sejam de comunicabilidade ou de “interesse geral de leitura” e sem dar mostras desta seleção ao leitor. Afinal, trata-se apenas de uma questão de “extrair a verdade da fonte” ou de “contar a história”.

Por fim, podemos considerar a emergência, em sociedades individualistas, de um nova concepção de verdade, fenômeno lembrado por Ângela de Castro Gomes. Nestas sociedades, nas quais afirma-se “[...] o triunfo do indivíduo como um sujeito voltado para si, para sua razão e seus sentimentos” (GOMES, 2004, p. 13), a noção de verdade extrapola os limites de sua definição factual, objetiva, e incorpora um vínculo importante com a subjetividade, com a categoria da *sinceridade*. Neste aspecto, *ser verdadeiro* é compreendido, em larga medida, como *ser sincero*.

Ora, mesmo alicerçadas em mecanismos de autoridade diversos, as três posições do jogo social a que temos nos referido neste artigo – historiadores, jornalistas e testemunhas – tem sua legitimidade baseada no efeito de verdade que produzem. Compartilham uma necessidade intrínseca de que o produto de sua pesquisa, de sua reportagem ou de seu relato seja identificado como portador de veracidade.

As diferenças entre as noções de verdade que alicerçam a legitimidade das formas de reconstituição do passado podem ser uma forma de aprofundar o debate sobre o que une e o que distancia historiadores e jornalistas.

Witnesses or sources: relations and mismatches between journalists and historians

ABSTRACT

The work of journalists and historians is provided by the report of sources or witnesses. Such work tries to portray or reconstruct a distant or an immediate past. This article proposes to discuss the relations that are formed with the protagonists of the experience; relations that are full of specificities and capable of shedding some light on the practices of both fields. The testimony is the bearer of the truth and of the fidelity of the representation. Historians live a dilemma between the moral authority of the witness of the past and the rationality demanded by the scientific paradigm and the analytical character of History. On the other hand, journalists themselves have become the guarantors of the source's accuracy, taking their own moral authority as assurance of the veracity through mechanisms such as the use of a hidden narrator.

KEYWORDS: Journalism, History, witnesses, sources.

Testigos o fuentes: relaciones y desencuentros entre periodistas e historiadores

RESUMEN

El trabajo de los periodistas y de los historiadores se alimenta del relato de fuentes o de testigos, buscando retratar o reconstruir el pasado lejano o inmediato. Este artículo intenta discutir la relación que se establece con estos protagonistas de la experiencia, llena de particularidades y capaz de iluminar las prácticas de ambos campos. El testimonio es fiador de la verdad y de la

fidelidad de la representación. Historiadores viven un dilema entre la autoridad moral del testigo sobre el pasado y la racionalidad exigida por el paradigma científico y por el carácter analítico de la Historia. Por otra parte, periodistas se convierten, ellos mismos, en los avalistas de la fuente, apropiándose de su autoridad moral sobre la realidad a partir de mecanismos como la ocultación del narrador.

PALABRAS CLAVE: periodismo, Historia, testigos, fuentes.

Referências

- ABRAMO, Claudio. **A regra do jogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- BARBOSA, Marialva. Jornalismo e História: Um olhar e duas temporalidades. In: COLÓQUIO HISTÓRIA E IMPRENSA, 1998, Rio de Janeiro. **Ánais...** Rio de Janeiro: UERJ, 1997. P. 87-92.
- CALDAS, Breno. **Meio século de Correio do Povo**: glória e agonia de um grande jornal. Depoimento a José Antônio Pinheiro Machado. Porto Alegre: LPM, 1987.
- CARTROGA, Fernando. História e Memória. In: PESAVENTO, Sandra (Org). **Fronteiras do Milênio**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001. P. 43-69.
- CRIPPA, Marcos (Org). **Entrevista e ética**: uma introdução. São Paulo: Educ, 1998.
- DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- GOMES, Ângela de Castro (Org). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- HARTOG, François. The invention of history: the pre-history of a concept from Homer to Herodotus. **History and Theory**, Wesleyan University, EUA, v. 39, p. 384-395, oct. 2000.
- HARTOG, François. A testemunha e o historiador. In: PESAVENTO, Sandra (Org). **Fronteiras do Milênio**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001. P. 11-41.
- JORNALISTA do NYT presa por não revelar fonte. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 7 jul. 2005. P. 6.
- KOLLERITZ, Fernando. Testemunho, juízo político e história. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 48. p. 73-100, dez. 2004.
- KOSELLECK, Reinhart. **Historia y hermenéutica**. Barcelona: Paidós, 2002.

- KUSHNIR, Beatriz. Depor as armas: a travessia de Cony e a censura no Partidão. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 13, p. 85-110, jul. 2000.
- LACOUTURE, Jean. A História imediata. In: LE GOFF, Jacques. **A História nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1988. P. 215-240.
- MALCOLM, Janet. **O jornalista e o assassino**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 1990.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, PUCSP, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.
- PROST, Antoine. Histoire, verités, méthodes. Des structures argumentatives de l'histoire. **Le Débat**, Paris, n. 92, p. 127-140, nov./déc. 1996.
- REED, John. **Dez dias que abalaram o mundo**. Porto Alegre: LPM, 2002.
- RICOEUR, Paul. L'écriture de l'histoire et la représentation du passé. **Annales HSS**, Paris, n.4, p. 731-747, juil./août. 2000.
- RIOUX, Jean-Pierre. Entre História e Jornalismo. In: CHAUVEAU, Agnès e TÉTART, Philippe (Org). **Questões para a história do presente**. Bauru (SP): Edusc, 1999. P. 119-126.

Clarice Gontarski Esperança

*Bacharel em Comunicação Social
habilitação Jornalismo Gráfico e Audiovisual/UFRGS
Professora substituta no
Departamento de Comunicação Fabico/UFRGS
Mestranda do Programa de
Pós-Graduação em História/UFRGS
Bolsista do CNPq
E-mail: clarice.esperanca@terra.com.br*